

ALVARO FERREIRA

JOÃO RUA

REGINA CÉLIA DE MATTOS

(ORGS.)

**Desafios da metropolização
do espaço**

CONSEQUÊNCIA

© 2015 dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210
Centro - Cep: 20.081-010
Rio de Janeiro - RJ
Brasil
Tel/Fax: (21) 2233-7935
comercial@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Coordenação editorial
Consequência Editora

Conselho editorial
Ruy Moreira
João Rua
Alvaro Ferreira
Regina Célia de Mattos

Revisão
Priscilla Morandi

Capa, projeto gráfico e diagramação
Letra e Imagem

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Des441 Desafios da metropolização / Organizadores: Alvaro Ferrei-
ra, João Rua e Regina Célia de Mattos. — 1. Ed. — Rio de Janeiro :
Consequência, 2015.
620. : il. ; 16x23cm.

ISBN 978-85-64433-29-8 (broch.)

1. Geografia urbana. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanização. I.
Ferreira, Alvaro. II. Rua, João. III. Mattos, Regina Célia de.

CDD 307.76

SUMÁRIO

Agradecimentos 13

Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais:
Processos e Dinâmicas. Uma Introdução..... 15
Alvaro Ferreira, João Rua e Regina Célia de Mattos

Metropolização do espaço: dinâmicas e processos 16
O papel da gestão territorial 19
Metropolização do espaço e relações urbano-rurais:
o lugar se impondo na matriz analítica 23
Enfim 28

PARTE I. METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO PROCESSOS E DINÂMICAS 33

CAPÍTULO 1. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões..35
Sandra Lencioni

Introdução 35
Homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço.
A origem dessa tríade analítica 39
Da ideia de megalópole à de megarregião 42
Rio de Janeiro-São Paulo: uma megarregião 57

CAPÍTULO 2. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição
teórico-metodológica.....69
Alvaro Ferreira

De uma economia baseada na indústria
para outra ligada aos serviços? 71
Espaço, cotidiano e ação 74
Que possibilidades? 81

CAPÍTULO 3. Redes financeiras e mudanças espaciais na cidade	85
<i>Leila Christina Dias</i>	
Introdução	85
Os termos do debate contemporâneo no campo da	
Geografia das Finanças	86
A metrópole paulista – lugar de convergência das redes	
bancárias e financeiras no Brasil	90
Considerações finais	95
CAPÍTULO 4. Metropolização e circuitos da economia urbana	99
<i>Maria Laura Silveira</i>	
Território, metrópole e divisão do trabalho: uma introdução	99
Circuitos da economia urbana: existência	
unitária e oposição dialética	101
Elementos constitutivos e relacionais dos circuitos	
da economia urbana	103
Relevância do estudo das metrópoles na América Latina	115
CAPÍTULO 5. Metropolização do espaço: cidades médias,	
lógicas econômicas e consumo	125
<i>Maria Encarnação Beltrão Sposito</i>	
Reestruturação urbana	129
Reestruturação da cidade e fragmentação socioespacial	140
CAPÍTULO 6. Reestruturação imobiliária e produção do espaço metropolitano:	
nega o urbano e a urbanização tradicional	153
<i>Paulo Cesar Xavier Pereira</i>	
Introdução	153
Reestruturação imobiliária: transformação e articulação	156
Reestruturação imobiliária, obscurecimento e campo cego	161
Considerações finais	164
CAPÍTULO 7. A mobilidade urbana no processo de metropolização:	
um ensaio crítico sobre as condições da produção social do espaço urbano	
no contemporâneo	171
<i>Jorge Luiz Barbosa</i>	
Introdução	171

Sobre a metropolização do espaço urbano no contemporâneo	172
Circulação e mobilidade na ordem estratégica da metropolização	175
A mobilidade como apropriação e uso social do espaço urbano	180
A mobilidade como luta espacial pelo direito à metrópole	181
Considerações finais	184

CAPÍTULO 8. A Ágora (ainda) não é agora: aproximações iniciais entre a	
urbanização trágica e a mistificação da consciência	187
<i>Luciano Ximenes Aragão</i>	

Crise das representações e mistificações da consciência	194
Considerações finais	204

PARTE II. GESTÃO TERRITORIAL, MÚLTIPLAS FACES DO RURAL EM UM CONTEXTO DE METROPOLIZAÇÃO:

INTERVENÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	207
--	-----

CAPÍTULO 9. Governança democrática metropolitana: como construir	
a “cidade dos cidadãos”?	209
<i>João Ferrão</i>	

Introdução	209
Governança: resgatar um conceito de origem suspeita?	210
Governança territorial: potencialidades de um conceito ambíguo	213
Metrópoles e microprodução de cidade	216
Metrópoles, política e cidadania	219

CAPÍTULO 10. Do telecontrole à “ocupação”: in-segurança e contenção	
territorial na metrópole carioca.....	225
<i>Rogério Haesbaert</i>	

Telecontrole: a urbe monitorada	228
O controle em nível local: “pacificação” como “ocupação” territorial	234
“Ocupação” por dominação e por apropriação:	
distintas concepções de território	240
À guisa de conclusão: as distintas modalidades	
de contenção territorial	246

CAPÍTULO 11. A política habitacional e a intervenção no espaço urbano ...	253
<i>Arlete Moysés Rodrigues</i>	

CAPÍTULO 12. Los movimientos sociales urbanos: de la desensa del territorio a la innovación social.....273
Oriol Nel-lo

Los movimientos sociales urbanos, factor clave en la configuración de la ciudad y el territorio	273
Los movimientos de defensa del territorio	275
La emergencia de las prácticas de innovación social	280
¿De la defensa a la ofensiva? ¿De la denuncia a la propuesta?	284

CAPÍTULO 13. Movimentos sociais urbanos: a cidade em disputa 289
José Borzacchiello da Silva

Introdução	289
Movimentos sociais e mudanças na fisionomia urbana das cidades	291
A emergência dos movimentos sociais populares no Brasil contemporâneo: a interlocução direta	298
Os movimentos sociais populares no Brasil contemporâneo e o peso das mídias escrita, falada e televisiva: Diretas Já e Fora Collor	306
As mídias sociais e as recentes pelepas urbanas nas ruas das cidades brasileiras	309
Fechando o texto	317

CAPÍTULO 14. A gestão do território para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro: a passagem da era industrial para a economia criativa, ou um pouco de cada?321
João Luiz de Figueiredo

Introdução	321
A gestão territorial para a promoção do desenvolvimento econômico na cidade do Rio de Janeiro na era industrial	323
Economia criativa e novos desafios para a gestão territorial	331
A gestão territorial para a promoção do desenvolvimento econômico na cidade do Rio de Janeiro na atual fase do capitalismo	337
Considerações finais	345

CAPÍTULO 15. Processos de urbanização em contextos não metropolitanos: cidade e desenvolvimento urbano na Região Centro Portugal.....353
Rui Jacinto

Apresentação	353
--------------------	-----

Cidade e território no Centro de Portugal: dinâmicas nacionais, especificidades regionais	355
A rede urbana da Região Centro: dinâmicas e especificidades	363
Políticas públicas e coesão urbana: dos conceitos aos discursos, das estratégias aos planos de ação	368
Políticas urbanas, programas e planos de ação: do Polis às Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)	373
Política de cidades em Portugal [2000-2020]: programas, instrumentos e tipologias de intervenções apoiadas, fundamentalmente, pelos Programas Operacionais Regionais	379
Remate: breve balanço prospetivos das políticas de desenvolvimento urbano	383

CAPÍTULO 16. O preço da terra e os megaprojetos como marcantes urbanidades no rural na fase atual de organização do espaço geográfico389
João Rua

Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural: um reposicionamento teórico e empírico	394
Preço da terra e megaprojetos como urbanidades no rural fluminense	402
Em busca de novos desafios ou de um otimismo que se pensou perdido?	415

CAPÍTULO 17. Nuevas realidades rurales: el valor de la naturaleza y el paisaje como activos en los procesos de naturbanización421
María-José Prados

Introducción	421
Marco Teórico	426
Método y fuentes	429
Resultados	431
Discusión	438
Agradecimientos	440

CAPÍTULO 18. O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo: reflexões sobre o PRODECER e o ProSAVANA 443
Vera Lúcia Salazar Pessôa

Introdução	443
PRODECER: o acordo Brasil-Japão e as transformações no espaço do Cerrado	445
O ProSAVANA: um “retrato” do PRODECER (?)	448
Para refletir.....	453
 CAPÍTULO 19. O gênero da paisagem e a natureza do espaço público: rumo à cidade.....	459
<i>Ivaldo Gonçalves de Lima</i>	
Introdução	459
Micropaisagens feministas da cidade do Rio de Janeiro: uma busca pelo olhar do Outro	461
O espaço público é a cidade. A cidade é o espaço público	467
Para concluir: A condição cívica da cidade	474
 CAPÍTULO 20. Gênero: emancipação é possível?	481
<i>Regina Célia de Mattos</i>	
 CAPÍTULO 21. O trabalho, o gênero e a metropolização em tempos de reino do rentismo	491
<i>Ruy Moreira</i>	
A diversificação dos sujeitos	491
A emergência do rentismo	493
O subdesenvolvimento, a sustentabilidade e a cidadania: as ideologias -ponte da autonomização rentista	494
A metropolização	496
 PARTE III. OUTROS OLHARES SOBRE A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO	499
 CAPÍTULO 22. Introdução à crítica da modernização ecológica das cidades.....	501
<i>Henri Acsehrad</i>	
Regulação e norma no capitalismo da acumulação flexível	507
A mobilidade como trunfo	508
Desigualdade ambiental e regulação capitalista	512
Considerações finais	514

CAPÍTULO 23. Algumas considerações para a compreensão das mudanças climáticas.....	519
<i>Marcelo Motta de Freitas</i>	
Futuro: um desafio evolutivo	520
Passado: paleoclimas	525
Presente: a geopolítica das mudanças climáticas	529
Algumas considerações	532
 CAPÍTULO 24. Espécies exóticas, produção de energia e história ambiental das florestas urbanas do Rio de Janeiro	537
<i>Alexandro Solórzano, Diogo C. Cabral e Rogério Ribeiro de Oliveira</i>	
Introdução	537
Vasculhando os “arquivos” da floresta para desenhar o presente	540
Remontando ao passado: narrando a ecogênese florestal	544
Considerações Finais	557
Agradecimentos	558
 CAPÍTULO 25. Carvoeiros do passado, agricultores do presente e turistas do futuro: dilemas sobre a presença humana no Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil	565
<i>Rodrigo Penna-Firme e Celina Matos</i>	
Apresentação	565
A mercantilização da natureza e o discurso da sustentabilidade global	566
<i>Green Grabbing</i> e conservação neoliberal	570
A pobreza no paraíso ecológico e a mais-valia socioambiental	573
Carvoeiros do passado e Agricultores do presente: buscando os elos históricos	577
Direitos socioambientais	582
Breves Considerações finais	586
 CAPÍTULO 26. Autoabastecimento olerícola urbano como um caminho para a sustentabilidade: Projeto Rio Hortas da cidade do Rio de Janeiro, Brasil... ..	589
<i>Luiz Felipe Guanaes Rego</i>	
Introdução	589
Resultados	592

Discussões	600
Sustentabilidade econômica das hortas comunitárias do projeto Rio Hortas	604
Conclusão	606
<i>Sobre os autores</i>	611

AGRADECIMENTOS

Agradecemos muitíssimo ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ao Decanato do Centro de Ciências Sociais (CCS) da PUC-Rio e à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio, que, percebendo a importância e grande relevância do evento que agora se transforma em livro, forneceram o apoio necessário para a realização do II Simpósio sobre Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais realizado no campus da PUC-Rio em novembro de 2014.

Parte II
Gestão territorial, múltiplas faces do
rural em um contexto de metropolização
Intervenções e movimentos sociais

CAPÍTULO 9

Governança democrática metropolitana

Como construir a “cidade dos cidadãos”?

João Ferrão¹

A anulação do dissenso é o fim da política

RANCIÈRE (2001) IN BOANO (2014)

Introdução

Este texto procura dar um contributo modesto para uma questão ambiciosa: como garantir o direito à cidade nas metrópoles contemporâneas? A resposta baseia-se numa hipótese provisória, a exigir aprofundamento futuro: reforçando as relações de coevolução dialética entre novas formas de regulação pós-burocrática por parte do Estado à escala metropolitana e novos modos de microprodução de cidade, resultantes de processos de ação coletiva capazes de criar espaços de respiração e emancipação democrática.

A formulação desta hipótese parte de três constatações.

Em primeiro lugar, o esgotamento da visão moderna, racional e burocrática de governo e de administração de raiz weberiana. Em segundo lugar, os efeitos devastadores da crescente desregulação da vida coletiva associada ao modelo neoliberal: diminuição das atribuições e competências do estado, degradação da administração e dos serviços públicos, desmantelamento do estado social, autorregulação dos mercados, financeirização da economia e valorização de soluções de base individual (empreendedorismo social) para a resolução de problemas sociais de natureza estrutural,

¹ Investigador-coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal.

como a exclusão social, a pobreza ou o desemprego. Em terceiro lugar, a emergência de concepções pós-políticas de sociedade e de cidade (SWYN-GEDOUW, 2010), centradas na busca da eficácia e do compromisso em detrimento de quaisquer formas de dissensão.

Na hipótese acima apresentada, a “cidade dos cidadãos” baseia-se em interações e tensões criativas entre a cidade com poder, isto é, a cidade institucionalizada cuja autoridade de regulação assenta na legitimidade democrática conferida através de eleições por sufrágio direto e universal, e a rua com poder, ou seja, um espaço de práticas de ação coletiva e sociabilidade pública. O foco da hipótese proposta é, portanto, a qualidade das relações dialéticas que se estabelecem entre ambas, recusando-se quer falsas opções dicotômicas (a cidade com poder ou a rua com poder) quer visões ingenuamente dialógicas (a cidade com poder e a rua com poder em diálogo permanente e pacífico).

O texto que se segue encontra-se organizado em quatro secções. Na primeira, procuramos resgatar o conceito de governança, sem ignorar o contexto em que foi originariamente produzido (governança corporativa) e os usos dominantes que lhe têm sido atribuídos nas últimas três décadas (governança neoliberal). Na segunda parte salientamos a especificidade do conceito de governança territorial e a sua relevância para uma governança democrática das metrópoles. Na terceira apresentamos as metrópoles como complexos socioterritoriais constituídos por múltiplos espaços relacionais não institucionalizados de microprodução quotidiana de cidade. Finalmente, na última parte do texto defendemos, recorrendo à argumentação exposta nas secções anteriores, a construção de um novo quadro analítico e de ação e a necessidade de uma nova agenda de pesquisa que entendam as metrópoles simultaneamente como contexto e produto de relações dialéticas, criativas e transformadoras entre os atores da metrópole institucionalizada e os atores de espaços de microprodução quotidiana de cidade.

Governança: resgatar um conceito de origem suspeita?

O conceito de governança é relativamente recente, tendo tido origem nos EUA, no domínio das empresas, primeiro como conjunto de práticas de envolvimento de acionistas, fornecedores e clientes por parte de determi-

nadas firmas e mais tarde, com a obra de Eells (1960), formalizado através do conceito de governança corporativa (BECHT, BOLTON e ROELL, 2007).

A partir dos anos 1980 do século passado, o conceito de governança ganha um novo fôlego e a sua aplicação alarga-se a domínios muito diversos. Esta emergência associa-se à ascensão das ideias neoliberais, defensoras da transferência de um número significativo de poderes e funções do Estado para as empresas e para a sociedade civil no contexto do paradigma “menos Estado, melhor Estado”. Invocando os efeitos perversos decorrentes de uma interferência abusiva do Estado nas opções individuais de empresários e de cidadãos e, em simultâneo, a ineficiência de uma administração burocrática, lenta e, por isso, vista como um custo de contexto que prejudica fortemente a produtividade económica, os defensores das ideias neoliberais recorrem ao conceito de governança para legitimar a construção de economias e sociedades mais libertas do jugo do Estado e das intervenções dos serviços da administração pública.

No que se refere à transferência de poderes do Estado para as empresas, assiste-se a uma crescente desregulação da vida económica, criam-se múltiplas empresas públicas, multiplicam-se formas diversificadas de parcerias público-privadas e privatizam-se setores ou atividades até aí de natureza pública. No que diz respeito à transferência de poderes para as comunidades locais e organizações da sociedade civil numa ótica de iniciativa e responsabilização individual, conceitos como empreendedorismo social e, de forma mais abrangente, de Grande Sociedade (Big Society), por contraponto ao que é designado (pejorativamente) como Grande Estado, passam a marcar os discursos e as agendas emergentes ao nível político, mediático e até académico (CARMO, FERRÃO e MALHEIROS, 2014).

Em ambas as frentes, o governo de natureza weberiana vai dando origem a múltiplas formas de governança, isto é, de situações em que o Estado partilha com agentes económicos e grupos organizados da sociedade civil atribuições e competências que até então eram da sua exclusiva responsabilidade. A conceção de “governo sem governança”, prevalecente até então tendo por base uma segmentação rígida entre funções públicas e não públicas é parcialmente substituída por modelos de governança, uns orientados para o mercado e outros para a sociedade civil, podendo mesmo dar lugar, em casos extremos, a casos de “governança sem governo”: privatização total numa ótica de mercado ou formas de neocomunitarismo, em

que as comunidades locais assumem a autoprovisão de serviços sociais em domínios básicos como a saúde ou a educação.

Simultaneamente, a construção de uma administração pública eficiente “pós-burocrática” baseou-se na adoção de teorias então em emergência, como a nova gestão pública, e de práticas consideradas de referência, como a governança. Esta última transforma-se mesmo numa prioridade das recomendações de “bom governo” defendidas por entidades internacionais (OCDE, agências da ONU) e supranacionais (Comissão Europeia). Neste contexto, a governança é basicamente apresentada como uma questão técnica, um conjunto de princípios, objetivos e procedimentos que visam uma gestão eficiente de processos de decisão que envolvem não só diferentes níveis político-administrativos mas também um leque diversificado de atores económicos e da sociedade civil.

O facto de o conceito de governança ter origem no mundo das empresas (governança corporativa) e a sua reemergência no contexto das visões neoliberais a partir da década de 1980 do século passado levaram muitos autores a considerá-la um mero instrumento do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, o apelo a uma maior abertura do Estado e da administração à participação pública, a processos de decisão mais inclusivos e a soluções mais colaborativas é interpretado por diversos autores como um artifício para garantir uma maior integração dos cidadãos e dos decisores no modelo neoliberal (MIRAFETAB, 2009) e nas lógicas de acumulação do capital e de domínio do Estado (RANDOLPH, 2014). Na verdade, a generalização de diferentes modalidades de governança tem sido um elemento constitutivo da transição do paradigma moderno e weberiano de Estado para o paradigma neoliberal ocorrida num contexto de crescente desregulação e financeirização da economia. A conceção de governo burocrático subjacente à visão moderna de Estado opõe-se, agora, à perspectiva de governança (neoliberal) associada ao paradigma defensor de “menos Estado, melhor Estado”.

Mas será que a origem e a posterior evolução do conceito de governança são suficientemente fortes para aprisionar o seu futuro? Terá sentido resgatar o conceito de governança, enquadrando-o num novo paradigma, o da governança democrática assente no princípio “melhor governo com mais governança”, e atribuindo-lhe uma finalidade diferente, a generalização do bem-estar objetivo e subjetivo, individual e coletivo, dos cidadãos?

Convém sublinhar, em primeiro lugar, que a governança é um meio e não um fim em si mesma. A que questão estamos nós a responder quando

invocamos a governança como parte da resposta? Precisamos de novos regimes de governança democrática para quê e para quem? Na verdade, e porque a governança é um meio, ela pressupõe a definição prévia de objetivos, de uma visão estratégica e de uma agenda de transição que permita atingir esses objetivos à luz da visão adotada. Mas tão importante como saber para quê e para quem precisamos de novos regimes de governança democrática é esclarecer quem define esses objetivos e o modo como são definidos.

Os processos de governança baseiam-se em dois princípios fundamentais: o princípio da subsidiariedade (descentralização) e o princípio da parceria (codecisão). A construção de espaços de governança democrática nas metrópoles exige que seja garantida a aplicação justa e transparente desses princípios ao nível dos processos de decisão, implementação, monitorização e avaliação dos programas, planos e projetos que fazem cidade. “Melhor governo com mais governança” significa, justamente, atribuir ao Estado e às suas instituições de regulação, e não ao mercado ou à sociedade civil, o papel de último recurso na garantia de que essa aplicação é efetuada de modo adequado. Mas significa, também, que a função de última instância atribuída ao Estado deve estar sob permanente escrutínio público.

Governança territorial: potencialidades de um conceito ambíguo

O conceito de governança territorial, de origem ainda mais recente, padece das ambiguidades próprias de expressões ou noções que se desenvolvem em estreita associação com políticas públicas. Sem um prévio enquadramento teórico robusto, essas expressões ou noções tendem a evoluir de forma gradual, não tanto como consequência do debate científico, mas, antes, como resultado de diversos exercícios de avaliação da sua aplicação prática em diferentes contextos político-administrativos, institucionais e culturais. São, por isso, “conceitos” que em geral possuem ciclos de vida ditados pela centralidade ou marginalidade que lhes é atribuída nas agendas políticas internacionais e nacionais.

Embora seja um desdobramento do conceito mais amplo de governança, o facto de a governança territorial se relacionar prioritariamente com objetivos operacionais coloca-a, aparentemente, num patamar mais

técnico e, por isso, mais imune às críticas referidas no capítulo anterior. É verdade que existe uma produção bibliográfica significativa sobre governança territorial (metropolitana ou regional), onde se questionam as suas finalidades e potencialidades (por exemplo, DALLABRIDA e BECKER, 2003; DALLABRIDA, 2011; FERRÃO, 2010 e 2013; FUINI e PIRES, 2009; KLINK, 2014; MONTEIRO, 2009; PEREIRA, 2014; RODRIGUES, 2005, para referir apenas alguns autores de língua portuguesa). Mas uma parte significativa da produção sobre governança territorial está centrada em aspetos sobretudo procedimentais (fatores de êxito e insucesso; qualidade dos processos de governança; condições de transferibilidade de experiências), pelo que nem sempre é dada a devida atenção às questões substantivas reveladas pela análise crítica da história do conceito de governança (ver, a título de exemplo, BÖHME et al, 2013; ESPON TANGO PROJECT, 2014).

A governança territorial no contexto do paradigma de governança democrática “melhor governo com mais governança” baseia-se nos mesmos pressupostos de base: negociação e compromisso entre atores com valores e interesses distintos no âmbito de processos de codecisão vinculativos e publicamente escrutináveis. Mas o conceito de governança territorial adiciona objetivos específicos a esses pressupostos comuns. Por um lado, animar, regular e gerir formas sustentáveis de desenvolvimento territorial. Pelo outro, monitorizar e avaliar os impactes territoriais de decisões tanto públicas (políticas, programas, investimentos) como privadas (projetos, investimentos).

Os dispositivos de governança territorial podem incidir sobre espaços político-administrativos (países, regiões, municípios) ou sobre espaços relacionais (regiões urbanas funcionais, bacias hidrográficas, bairros urbanos, etc.).

No primeiro caso, predominam os mecanismos de governança multinível, isto é, em que o perfil de atribuições e competências de cada um dos níveis político-administrativos (por exemplo, União Europeia / Estados-membros / regiões / municípios ou, no Brasil, federação / estados / municípios) condiciona inevitavelmente a geometria das formas de governança (atores a envolver e respetivos papeis).

No caso dos espaços relacionais, em geral com delimitações fluidas, podem ocorrer formas de governança mais flexíveis, de natureza multiescala e translocal, não necessariamente dependentes de uma repartição

vertical rígida de atribuições e competências entre os distintos níveis político-administrativos.

A governança territorial que tem por base espaços político-administrativos é, portanto, mais rígida, mas possui legitimidade democrática e pode recorrer a formas de regulação mais fortes. Pelo contrário, a governança territorial de espaços relacionais tem uma geometria de atores mais flexível e rege-se de modo mais claro por critérios de eficiência, mas não tem legitimidade democrática. Esta diferenciação sugere, portanto, a necessidade de estabelecer alguma complementaridade entre os dois tipos de governança territorial, evitando opções dicotómicas entre legitimidade democrática, capacidade regulatória e rigidez, por um lado, e eficiência, flexibilidade e ausência de legitimidade democrática e capacidade regulatória, pelo outro.

A governança territorial em espaços metropolitanos ilustra bem as clivagens e tensões referidas no parágrafo anterior (FERRÃO, 2013).

A governança territorial de metrópoles enquanto espaços político-administrativos pode basear-se em três tipos principais de soluções institucionais:

- Governos metropolitanos supramunicipais, eleitos por sufrágio direto e universal e com poder deliberativo;
- Governos metropolitanos intermunicipais, eleitos indiretamente por um colégio eleitoral restrito (prefeitos dos municípios, por exemplo) e também com poder deliberativo;
- Estruturas metropolitanas de cooperação intermunicipal, baseadas em conselhos metropolitanos constituídos pelos prefeitos dos vários municípios e com um papel deliberativo mais limitado e, geralmente, um leque de domínios de intervenção mais circunscrito.
- Se considerarmos as metrópoles como espaços relacionais estruturados por redes de fluxos materiais e imateriais, as formas de governança territorial são também sobretudo de três tipos:
- Agências temáticas ou setoriais (por exemplo, no domínio dos transportes e mobilidade, da gestão de redes de saneamento e energia, etc.);
- Conselhos consultivos estratégicos, envolvendo um leque mais ou menos alargado de representantes dos setores público e privado e da sociedade civil;

Espaços não institucionalizados de ação coletiva, de natureza tendencialmente mais efémera na medida em que dependem da capacidade de iniciativa das comunidades ou dos grupos de cidadãos envolvidos.

Nas últimas décadas, as modalidades de governança territorial dos espaços metropolitanos europeus, tanto na ótica político-administrativa como na perspectiva relacional, têm privilegiado as soluções da cidade pós-política (SWYNGEDOUW, 2010), isto é, baseadas na eficiência, na gestão do consenso e na despolitização das decisões. Não admira, portanto, que, pelo menos nos países europeus, dos vários tipos de governança metropolitana anteriormente referidos, os governos metropolitanos supramunicipais e os espaços não institucionalizados de ação coletiva tenham sido preteridos, com poucas exceções, a favor das restantes modalidades.

No entanto, e na ótica da governança democrática das metrópoles, aqueles dois tipos de governança territorial são justamente os que merecem maior atenção, sobretudo pelas relações de tensão criativa e transformadora que podem estabelecer entre si. A existência de governos metropolitanos supramunicipais, desde que dotados de competências e de recursos técnicos e financeiros adequados, é essencial para garantir, com legitimidade política, os mecanismos de regulação e de redistribuição essenciais para fazer face a realidades profundamente fragmentadas e de elevada complexidade como são as metrópoles. Ao mesmo tempo, os espaços não institucionalizados de ação coletiva constituem espaços de possibilidade democrática (SASSEN, 2011) e de esperança (HARVEY, 2000) geradores de práticas urbanas de transformação e mudança, isto é, de microprodução da cidade, por parte de cidadãos, organizações informais e movimentos sociais.

Metrópoles e microprodução de cidade

Por razões compreensíveis, as dinâmicas do mercado imobiliário, os grandes projetos, os megaprojetos urbanos e os processos de reestruturação económica têm atraído a atenção de muitos dos autores que procuram compreender o modo como as metrópoles contemporâneas são produzidas, segmentadas e apropriadas. Esses são, de facto, os processos que melhor explicam a formação das metrópoles e a crescente metropolização do espaço. Face aos poderes, interesses e racionalidades que comandam esses processos, o papel dos cidadãos, das organizações informais e dos movimentos sociais – em suma, da ação coletiva – ocupa um papel marginal, quase invisível, se excetuarmos curtos períodos de irrupção social mais ou menos violenta e com significativa projeção mediática.

No entanto, a uma escala micro e tendo como referência as vivências e experiências quotidianas dos habitantes, da sua vida social, é impossível negar a existência de dinâmicas quase sub-reptícias de mobilização, participação e transformação que, pelas suas consequências, alteram pedaços de cidade – ruas, bairros, frentes marítimas, áreas verdes – através da introdução não programada de novas lógicas de produção e apropriação da cidade.

Em termos genéricos, a participação de cidadãos em processos de microprodução de cidade pode assumir três modalidades, que designaremos, respetivamente, por participação reativa, participação induzida e participação por iniciativa própria.

A participação reativa surge associada a situações de conflito, protesto e resistência. Decisões, como o aumento dos preços dos transportes públicos ou o encerramento de equipamentos públicos, projetos, como operações de regeneração urbana que implicam o realojamento de moradores ou a ocupação de espaços de uso público, e investimentos controversos, vistos como injustos e indesejáveis, suscitam movimentos de contestação que podem levar à alteração parcial ou mesmo à suspensão das iniciativas inicialmente programadas. Em algumas situações, a superação do conflito passa por oferecer contrapartidas aos grupos ou comunidades contestatários, dando resposta a reivindicações antigas (construção de equipamentos, espaços verdes, etc.). Independentemente dos resultados obtidos, estes movimentos de participação, pela sua natureza, são predominantemente reativos e de duração efémera.

A participação induzida processa-se no âmbito de iniciativas públicas em que os processos participativos correspondem a uma componente de procedimentos institucionalizados. A participação pública durante a elaboração de planos, a Agenda XXI Local ou, mais recentemente, os orçamentos participativos constituem exemplos canónicos desse tipo de situações. No contexto da União Europeia, têm sido desenvolvidos nas últimas duas décadas vários programas de iniciativa da Comissão Europeia ou dos estados-membros que visam estimular intervenções urbanas integradas baseadas em estratégias preparadas pelas próprias comunidades. Estes programas são importantes não só por garantirem uma melhor adequação entre necessidades, prioridades, ações e resultados, mas também pelos efeitos de aprendizagem, capacitação e empoderamento que suscitam nas comunidades envolvidas. Ao contrário dos processos de participação re-

ativa, neste caso a ignição da participação não é a resistência a situações indesejadas, mas, antes, a interpelação lançada por entidades públicas para que cidadãos, organizações e comunidades discutam entre si e definam em conjunto uma visão partilhada, projetos prioritários e futuros desejados para áreas específicas da cidade. No entanto, o enquadramento dessas intervenções – condições de participação, tipos de ações apoiadas, critérios de seleção e de financiamento de projetos, etc. – é definido por entidades externas às comunidades e a duração dos processos de mobilização e participação coincide, em geral, com o período de vigência da iniciativa ou do programa em causa².

Finalmente, a participação por iniciativa própria pode assumir características muito distintas, mas que possuem em comum o facto de não serem estimuladas por situações de conflito ou induzidas por ações públicas. A iniciativa, neste caso, emana diretamente da sociedade civil, por razões de consciência cívica, de insatisfação ou de vontade de transformação dos espaços de vivência quotidiana ou de interesse público. As associações de moradores, os grupos de profissionais (juristas, arquitetos, sociólogos, geógrafos, etc.) de apoio às comunidades ou de vigilância crítica dos impactos de decisões públicas e privadas na cidade, bem como os grupos auto-organizados de cidadãos que se juntam para desenvolver diretamente ações de transformação e reapropriação urbana, são exemplos de modalidades de participação por iniciativa própria. A multiplicação destes processos é muitas vezes favorecida por inspiração ou mesmo integração em redes ou movimentos entretanto globalizados, como as Cidades em Transição³ ou o Urbanismo Tático⁴.

O micro ativismo social pelas cidades (MOTA, 2014) cruza estes três tipos de processos de participação urbana, estimulando a mobilização, a experimentação e a inovação societal, criando práticas urbanas geradoras de sociabilidade pública e de ação política (BARNETT, 2014), contribuindo, assim, para a identificação de direções futuras alternativas. Transfor-

² Como exemplos de programas deste tipo desenvolvidos em Portugal, ver a Iniciativa Bairros Críticos (<http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=405000100969,012>), de âmbito nacional e experimental, e o Programa BIP/ZIP. Parcerias locais, da responsabilidade do município de Lisboa (<http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=2730001>).

³ <http://transitionbrasil.ning.com/>

⁴ http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese

mar este tipo de ações coletivas de base ou incidência urbana em catalisadores da democracia é tão importante como consolidar uma instância metropolitana com legitimidade democrática. Claro que a relação entre ambas é avassaladoramente assimétrica em termos de poder de decisão, capacidade de influência e possibilidade de concretização, e muitas vezes contraditória em termos de racionalidade e intencionalidade. Mas a multiplicação dos processos de microprodução da cidade, facilitada por uma sociedade cada vez mais organizada em rede e por isso translocal, permite que as vivências e experiências quotidianas ocupem uma centralidade crescente nos processos de mudança. É verdade que a macroprodução da cidade está subordinada aos interesses económicos e que entre estes e os decisores políticos se verifica não raro uma perigosa osmose. A solução para essa situação, seja ela qual for, implica o reforço e a qualificação da democracia. E isso significa maximizar as vantagens e potencialidades da democracia representativa, da democracia participativa e da democracia deliberativa, tendo consciência de que entre elas surgirão inevitavelmente tensões e contradições significativas.

Metrópoles, política e cidadania

Como garantir o direito à cidade nas metrópoles contemporâneas? Esta foi a questão que formulámos no início deste texto. Como primeiro contributo para responder à pergunta colocada, apresentámos uma hipótese provisória, especulativa, a exigir aprofundamento e debate. A hipótese é que apenas reforçando as relações de coevolução dialética entre novas formas de regulação pós-burocrática por parte do Estado à escala metropolitana e novos modos de microprodução de cidade a partir de espaços relacionais não institucionalizados poderá a complexa equação legitimidade democrática / cidadania insurgente ganhar vida e expressão.

A “cidade dos cidadãos” pressupõe uma cidade com poder político, isto é, que possa atuar como instância de regulação e de redistribuição com legitimidade democrática, e uma rua com poder cidadão, ou seja, com indivíduos, grupos e comunidades insurgentes, portadores de uma agenda de transformação progressista da cidade. Neste contexto, a metrópole institucionalizada e a metrópole enquanto complexo socio-territorial de espaços de microprodução de cidade são igualmente importantes. Mas entre

ambas haverá, inevitavelmente, tensões e contradições que os processos de governança metropolitana democrática, sob o paradigma “melhor governo com mais governança”, poderão ajudar a transformar em dinâmicas de coevolução dialética favoráveis à construção da “cidade dos cidadãos”.

Vivemos hoje uma polarização intelectualmente asfixiante entre os defensores (e praticantes) da cidade neoliberal, por um lado, e os que têm uma visão acriticamente redentora dos movimentos sociais e uma perspectiva estruturalmente cética sobre o papel do Estado, pelo outro. Deste ponto de vista, a crise que desde 2008 se abateu sobre a Europa, em geral, e a Europa do Sul, em particular, teve duas vantagens. Em primeiro lugar, a de lembrar que convém sermos menos precipitados e mais cuidadosos no que se refere quer à crença nos movimentos sociais, hoje predominantemente nacionalistas e xenófobos na Europa, quer à crítica ao papel do Estado, face aos efeitos nefastos decorrentes do dismantelamento do estado social e da degradação crescente dos serviços públicos bem visíveis em muitos países europeus. Em segundo lugar, a crise teve também a vantagem de chamar a atenção para o facto de a qualificação simultânea das várias componentes da democracia (representativa, participativa e deliberativa), e não apenas de uma delas em detrimento das restantes, ser a via mais segura para evitar derivas autoritárias, populistas ou de globalização desregulada.

As metrópoles concentram uma percentagem significativa e crescente de pessoas, organizações e atividades. Podemos dizer, sem exagero, que discutir o seu futuro é discutir o futuro do planeta, dado que a sua importância e os seus impactes nos mais diversos domínios ultrapassam em muito o território, já de si bem extenso, que ocupam e, sobretudo, que polarizam diretamente. Com o avanço da metropolização, o direito à cidade de Henri Lefebvre (1968), isto é, o direito à vida urbana, assume um alcance duplamente maior: em natureza – o direito de transformar e reinventar as cidades de acordo com os nossos desejos (HARVEY, 2012); e em ambição – o direito a uma sociedade com futuro. Política e cidadania constituem, por isso, dois pilares essenciais de um humanismo revolucionário (HARVEY, 2014) capaz de impulsionar a construção de metrópoles que sejam verdadeiras “cidades de cidadãos”.

Esta discussão não pode, contudo, ser efetuada apenas em abstrato, numa espécie de vácuo que ignora a existência de contextos histórico-geográficos muito diversificados. O mundo das realidades que designamos por metrópoles é claramente heterogéneo: que semelhanças existem entre

Lisboa e S. Paulo, Quito ou Londres? Também distintas são as estruturas político-administrativas dos países a que essas metrópoles pertencem: poderão as autoridades metropolitanas de estados federais ou de países centralizados, para dar apenas dois exemplos, ter o mesmo tipo de atribuições e competências? Finalmente, as diferenças histórico-culturais, tanto ao nível da administração pública como dos cidadãos, não deixarão de condicionar as soluções preconizadas: poderemos esperar dinâmicas significativas de participação e mobilização em todas as metrópoles?

Sobre a macroprodução da cidade existe hoje um acervo de estudos que permite mapear, entender e comparar os atores individuais e coletivos, as estruturas, os processos e as ações responsáveis pela formação das metrópoles e pelo avanço dos fenómenos de metropolização do espaço. Heróis para uns, vilões para outros, os grandes atores desses processos são conhecidos e integram a história – oficial ou crítica – de cada uma das metrópoles. Mas a maior parte dos atores da microprodução de cidade, “o Outro do urbano” (FERREIRA, 2013, p. 72), e das suas dinâmicas transformadoras permanecem invisíveis. Da mesma forma, o privilégio atribuído aos fatores económicos na análise da macroprodução da cidade tem levado à desvalorização, relativa ou mesmo absoluta, dos aspetos institucionais e culturais, assim como da vida social dos que não são nem vilões nem heróis.

O debate da hipótese apresentada exige, portanto, uma agenda de pesquisa que permita reequilibrar o nosso conhecimento sobre as metrópoles e os fenómenos de metropolização na sua diversidade e complexidade. Implica, também, entender melhor as condições de ação e de transformação em contextos tão diversos. “É necessário pensar o possível conjunturalmente”, afirma Lencioni (2013, p. 32). Esse é, justamente, o repto que aqui deixamos a todos os que desejam que as metrópoles constituam efetivas “cidades de cidadãos”.

Referências

- BARNETT, Clive. “What do cities have to do with democracy?”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2014, 38.5, p. 1625–43.
- BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. “Corporate law and governance”. Chapter 2, *Handbook of law and economics*, Vol. 2. North-Holland: Elsevier, 2007.

- BÖHME, Kai, et al. *Study on promoting multi-level governance in support of Europe 2020*. Brussels: European Commission, Directorate-General for Regional and Urban policy, 2013. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/mlg_inception_report_20140114.pdf. Acesso em 12/01/2015.
- BOANO, Camillo. "Notes around design politics: design dissensus and the poiesis of scarcity". *Planum*. The Journal of Urbanism, 2014, 29, Vol. II, p. 13-27.
- CARMO, André; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge. "Geografias do Estado social: reorganização territorial, habitação e urbanismo". In: CARMO, R. M. & BARATA, A. (orgs.). *Estado social de todos para todos*. Lisboa: Tinta da China, 2014.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. "Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema". In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.
- _____; BECKER, Dinizar Ferminiano. "Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica". *Desenvolvimento em questão*, 2003, 1.2, p. 73-97.
- EELLS, Richard Sedric Fox. *The meaning of modern business*. New York: Columbia University Press, 1960.
- ESPON TANGO PROJECT. *Towards Better Territorial Governance in Europe*. ESPON & Politecnico di Torino, 2014. Acesso em 12/01/2015. Disponível em: http://www.espon.eu/main/Menu_Publications/Menu_Guidance/Governance.html
- FERRÃO, João. "Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática". *Prospecção e planeamento*, 2010, 17, p. 129-139.
- _____. "Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos". In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da (orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.
- FERREIRA, Alvaro. "A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço. Por que falar em agentes, atores e mobilizações?". In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da (orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

- FUINI, L. & PIRES, E. "As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos". In: SAQUET, M. & SPÓSITO, E. (orgs.). *Territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HARVEY, David. *Spaces of hope*. Berkely: University of California Press, 2000.
- _____. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso Books, 2012.
- _____. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. London: Oxford University Press, 2014.
- KLINK, Jeroen. "Visando a governança metropolitana de ponta cabeça. Reescalonamento e reestruturação do Estado desenvolvimentista no espaço metropolitano". In: LIMONAD, E. & CASTRO, E. (orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions anthropos, 1968.
- LENCIONI, Sandra. "Metropolização do espaço. Processos e dinâmicas". In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da (orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.
- LIMA, Ivaldo Gonçalves de. "A governança territorial no rastro das redes políticas". *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.
- MIRAFAB, Faranak. "Insurgent planning: situating radical planning in the global south". *Planning Theory*, 2009, 8.1, p. 32-50.
- MONTEIRO, Susana. "Mudanças recentes nos processos de governança territorial em Portugal". *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 2009, 88, p. 165-173.
- MOTA, José Carlos. *Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, 2014.
- PEREIRA, Margarida. *Governança territorial multinível: fratura (s) entre teoria e prática (s)*. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, 2014, 4.2, p. 4-20.
- PIRES, Elson L. S. "Desenvolvimento e governança territorial no Brasil: conceitos, modalidade e perspectivas". *VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales*, S. Paulo. 2014. Disponível em:

- <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Elson%20Luciano%20Silva%20Pires.pdf>. Acesso em 10/02/2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *Ten theses on politics*. Theory & Event, 2001, 5.3. Disponível em: <http://www.after1968.org/app/webroot/uploads/Ranciere-THESESONPOLITICS.pdf>. Acesso em 10/02/2015.
- RODGERS, Scott; BARNETT, Clive; COCHRANE, Allan. "Where is urban politics?". *International Journal of Urban and Regional Research*, 2014, 38.5, p. 1551-60.
- RODRIGUES, Walter. "Planeamento e governança territorial: uma reflexão sociológica a partir do terreno". *Cidades - Comunidades e Territórios*, 2005, 10, p. 25-34.
- RANDOLPH, Rainer. "Subversão e planejamento como 'praxis'. Uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade". In: LIMONAD, E. & CASTRO, E. (orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- SASSEN, Saskia. "The global street: Making the political". *Globalizations*, 2011, 8.5, p. 573-579.
- SWYNGEDOUW, Erik. "Post-democratic cities for whom and for what". In: *Regional Studies Association Annual Conference*. Pecs, Hungary, 2010. p. 297-31

CAPÍTULO 10

Do telecontrole à "ocupação"

In-segurança e contenção territorial na metrópole carioca

Rogério Haesbaert¹

A questão da segurança se tornou uma problemática fundamental para o entendimento da sociedade. Alguns autores deram tamanho destaque à segurança na política contemporânea que propuseram denominar nossa sociedade, genericamente, uma "sociedade de controle" (DELEUZE, 1992) ou "de segurança" (FOUCAULT, 2008 [cursos de 1977-1978]). Outros, como Neocleous (2008), advogam uma leitura mais ampla, considerando que a própria sociedade burguesa e a ideologia liberal tem a segurança como uma estratégia fundante. Para ele, "devemos ler o liberalismo menos como uma filosofia da liberdade e mais como uma *técnica de segurança*, como propõe Mitchell Dean, uma estratégia de governança na qual a segurança é empregada como liberdade" (p. 31)

Independentemente de ser ou não uma propriedade com tamanha amplitude, e mesmo considerando a enorme diversidade de formas com que se apresenta em diferentes regiões do mundo, não há dúvida de que o binômio segurança-insegurança marca parcela expressiva das decisões políticas contemporâneas, ao mesmo tempo em que alimenta toda uma gama de interesses econômicos e um ideário da estigmatização, da desconfiança e do medo. Alguns contextos geográficos, como o latino-americano, manifestam essa problemática de forma ainda mais incisiva, em diferentes esferas da vida social.

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, tornou-se um dos espaços emblemáticos onde a in-segurança é central na construção de todo um

¹Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador Produtividade em Pesquisa do CNPq. rogergeo@uol.com.br

SOBRE OS AUTORES

Alexandro Solórzano (PUC-Rio)

Possui graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestrado em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde desenvolveu pesquisa na área de História Ambiental da Mata Atlântica. A tese de Doutorado foi realizada no Programa de pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília, tendo realizado doutorado sanduíche na Colorado State University. Atualmente busca realizar uma pesquisa integrada entre sociedade e natureza. Apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Biogeografia, Análise Integrada de Sistemas socioecológicos, História Ambiental, Dinâmica Ecológica da Paisagem, Análise de Percepção Ambiental, Conservação da natureza e sustentabilidade da paisagem e Ecologia de Comunidades Florestais e Savânicas.

Alvaro Ferreira (PUC-Rio / UERJ)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2003). Realizou Pós-Doutoramento com o Prof. Horacio Capel na Universitat de Barcelona. É professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participa como líder no grupo de pesquisa denominado Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM) e no Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF); e como pesquisador do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF) e do Grupo de Estudos Ur-

banos e Rurais (URAIIS). Tem participado de congressos no Brasil e no exterior, além de produzir livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais principalmente ligados aos seguintes temas: metropolização do espaço; (re)produção do espaço urbano; tecnologias de comunicação e informação e as novas espacialidades nas cidades; representações no espaço urbano; espaço e movimentos sociais; relações de trabalho e o espaço urbano.

Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Graduada e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988). Livre Docente em Geografia pela UNICAMP (1997). Atualmente é professora colaboradora ms4 – inativo – Universidade Estadual de Campinas – IFCH – Mestrado e Doutorado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais e IG- Mestrado e Doutorado em Geografia. Tem experiência na área de Geografia com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade; espaço urbano; estatuto da cidade; problemática ambiental urbana; e movimentos populares. De 1988 a 1990 foi Presidente da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Representa a AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Foi conselheira do Conselho das Cidades de 2006 a 2010 no segmento entidades acadêmicas, científicas e profissionais. É Coordenadora do Projeto de Pesquisa sobre a Problemática Urbana e Ambiental. O blog <http://www.arletemoysesrodrigues.blogspot.com.br/> contém vários artigos e livros para consulta.

Henri Acselrad (IPPUR-UFRJ)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Possui mestrado em Economia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Planejamento, Econ. Pública e Org. do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é Professor Associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvi-

mento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social.

Ivaldo Lima (UFF)

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1986), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1993) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2005), com estágio doutoral na Universitat de Barcelona (UB, 2004-2005). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, 2012-2013). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: geopolítica, redes políticas, justiça territorial, globalização do mundo contemporâneo, políticas públicas e governança territorial, geografia legal crítica, geografia política e gênero, ensino e avaliação de geografia.

João Ferrão (Universidade de Lisboa)

Licenciado em Geografia, Faculdade de Letras da UL. Doutorado pela UL em Geografia Humana. É atualmente investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Docente no departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa (1976-95) e na Universidade Atlântica (1996-2000). Presidente da APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (1987-1990). Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades no XVII Governo Constitucional (2005-9). Foi coordenador nacional de diversos projetos e redes de investigação internacionais, nomeadamente no âmbito de vários Programas – Quadro da Comissão Europeia e da European Science Foundation. Desenvolveu atividades de consultoria na área da geografia económica e social e do desenvolvimento regional e urbano. Foi consultor da OCDE (Programa de Desenvolvimento Rural, 1993). Coordenou diversos estudos de avaliação de políticas públicas, para o Governo Português e para a Comissão Europeia, incluindo a avaliação ex-ante dos Quadros Comunitários de Apoio II e III (Portugal). Publicou, individualmente ou em colaboração, dezenas de